Globethics Repository



Tendências da fecundidade [Fertility trends]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Valente Rosa, Maria João
Publisher	Conselho Nacional de tica para as Ci ncias da Vida
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-02 08:07:16
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/226588

TENDÊNCIAS DA FECUNDIDADE: A REALIDADE PORTUGUESA

Maria João Valente Rosa

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
Senhores Conselheiros
Membros do painel «Tendências da fecundidade»
Senhoras e Senhores convidados,

Começo por agradecer o convite para participar na importante iniciativa de reflexão sobre «Demografia, Natalidade e Políticas Públicas», que reúne colegas peritos, nacionais e internacionais, sobre o assunto.

O meu objectivo, nesta apresentação, é, com base em dados estatísticos também disponíveis na Pordata (www.pordata.pt), esboçar um breve retrato sobre as mudanças essenciais que marcaram e marcam decisivamente o panorama social em Portugal, colocando-me na perspectiva de quem nasce num país em que, como sabemos, o número de nados-vivos tem, nos anos mais recentes, sido menor do que o número de óbitos e onde nascer é cada vez mais raro. Com efeito,

Portugal tem cerca de mais 1,7 milhões de residentes do que no início dos anos 60; em contrapartida, nascem agora, por ano, menos de metade das crianças que nasciam nessa altura.

A pergunta inicial que faço é, assim: além de o número global de crianças estar em queda, que diferença faz nascer hoje em Portugal em relação ao passado? Respondo que faz toda a distinção, asserção que pode ser sustentada em vários factos, como os que passo a ilustrar.

Hoje nasce-se quase de certeza em ambiente hospitalar: as percentagens são, desde o início da década de 1990, próximas de 100%, enquanto no início dos anos 60 eram inferiores a 20%. Por outro lado, as hipóteses de uma criança ultrapassar com vida a terrível barreira do 1.º ano de vida são muito maiores: a taxa de mortalidade infantil em Portugal já é inferior a 4‰, muito longe dos valores assustadores observados no início dos anos 60, quando rondavam os 80‰. Nesta área, de combate à mortalidade infantil, Portugal pode, aliás, ser considerado um exemplo de sucesso internacional, já que foi o país da União Europeia que maior redução registou dos níveis de mortalidade infantil nas últimas cinco décadas.

Ainda, a probabilidade de se conhecer a mãe, os avós e mesmo os bisavós com vida é hoje, para a criança que nasce, significativamente superior: a mortalidade materna baixou (passou de 116 por cem mil no início dos anos 60 para valores próximos dos 5 por cem mil na actualidade) e a esperança de vida aos 65 anos, actualmente de 20 anos no caso das mulheres e de 17 anos no caso dos homens, aumentou cerca de 5 anos nas últimas quatro décadas.

As próprias mães estão também diferentes. São menos jovens, em média, que no passado: a idade média de maternidade ao nascimento do 1.º filho é actualmente próxima dos 30 anos, 6 anos mais do que em meados dos anos 80. As mães, não são apenas menos jovens, como são bastante mais escolarizadas. Actualmente, cerca de um nascido em cada três é filho de uma mãe com habilitações superiores; em meados dos anos 90, essa proporção equivalia a um nascido por cada dez. Acresce ainda que as mães são, perante o mercado de traba-

lho, muito mais activas do que dantes, embora os níveis de trabalho a tempo parcial, no caso das mulheres empregadas, ainda sejam relativamente baixos quando comparados com a média europeia.

Também as famílias em que se nasce estão bem diferentes. As crianças têm muito menos irmãos: o «índice sintético de fecundidade», que, de modo simplicado, pode ser entendido como o número médio de filhos por mulher, foi de 1,28 em 2012, valor muito abaixo do limiar que garante a substituição de gerações (para tal, seria necessário um valor médio de 2,1 filhos, capacidade que Portugal perdeu em 1982), e muito distante dos 3,2 filhos em média que o país registava no início dos anos 60. As famílias em que se nasce têm, igualmente, uma dimensão mais reduzida: em 1960, a esmagadora maioria (70%) dos agregados era constituído por 3 ou mais pessoas, proporção que passou para 47%, segundo o censo de 2011. Por outro lado, é cada vez mais frequente ter-se irmãos resultado de anteriores relações dos pais com outros parceiros. Em 2012, 16% dos pais dos nascidos tinham filhos anteriores não comuns, mais do dobro da percentagem observada em meados dos anos 90. É ainda menos raro os nascidos serem filhos de pais não casados e até, mesmo, que não coabitam. Em 2012, 46% dos nascimentos aconteceram fora do casamento e mais do que um em cada 10 nascidos (13%) tinham pais que não coabitavam.

Sobre os atributos de nacionalidade e naturalidade, as marcas de distância ao passado, não muito longínquo, também são notórias. Por exemplo, nascer em Portugal filho de mãe estrangeira representa 10%, quando quinze anos antes representava 2%. Nascer na Grande Lisboa ou no Grande Porto, regiões que ocupam menos de 3% da superfície do país, tornou-se mais provável, devido não só aos efeitos óbvios da concentração de serviços de saúde, mas ainda porque é aí que se localizam as grandes "manchas" de residência da população.

Os comportamentos demográficos e as condições de nascimento mudaram, assim, profundamente. Associado a estes, o perfil etário da população sofreu profundas alterações. Com

efeito, os níveis de fecundidade e de mortalidade baixos resultaram numa diminuição do número de jovens e num aumento do número de pessoas nas idades idosas. Embora o envelhecimento demográfico não seja uma tendência exclusiva ao país, Portugal tornou-se, agora, um dos países do mundo com maior percentagem de pessoas com 65 e mais anos. A entrada no século XXI marca, aliás, uma viragem: o número de pessoas com 65 e mais anos ultrapassou o número de pessoas com menos de 15 anos, indicador de envelhecimento que tem vindo a acentuar-se no tempo. Trata-se de uma evolução que persistirá, como quase certa, nos próximos 20 anos de Portugal, com a qual as actuais gerações ou as que estão para nascer deverão contar. Resultados de diversos cenários demográficos prospectivos, como os que foram apresentados no âmbito do 1.º Encontro da Fundação Francisco Manuel dos Santos (subordinado ao tema «os portugueses em 2030»)[1], revelam que, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem ligeiramente, a população de Portugal não deixará, a médio prazo, de continuar a envelhecer.

Em suma: Portugal já não é mais o que era, em parte pelas melhores razões. E, embora tenha chegado mais tardiamente à modernidade, não está só.

A perda do valor económico da criança no quadro das sociedades desenvolvidas (já não se espera que sejam os filhos a garantir a sobrevivência na velhice, nem sequer constituem uma fonte de rendimento familiar), o aumento da qualificação e a maior afirmação das mulheres no mercado de trabalho, a melhor capacidade técnica de controlo dos nascimentos e a urbanização são, entre outros, aspectos a ter em consideração para se compreender os débeis níveis de fecundidade dos países desenvolvidos. Note-se, aliás, que até agora nenhum país da União Europeia conseguiu que a fecundidade regressasse a níveis superiores a 2,1 filhos por mulher.

Contudo, de país com elevada fecundidade, Portugal passou para a situação totalmente oposta. Assim, se os baixos níveis médios de fecundidade não são um traço exclusivo de

1. Autores: M. Filomena Mendes e M. João Valente Rosa (2012) – http://www.presentenofuturo.pt/pdf/CenariosDemograficos2030.pdf

Portugal, a evolução foi aqui particularmente intensa e rápida. Entre 1970 e a actualidade, Portugal, no contexto do anterior conjunto de países da UE15, deixou de ser um dos países com níveis de fecundidade mais elevados para passar a ser um dos países a revelar níveis mais baixos.

Daí se justifica que se relembre uma pergunta que é habitual sempre que o assunto é a fecundidade: pode Portugal esperar, a médio prazo, o regresso a descendências numerosas como no passado? A nossa resposta, alicerçada em evidências, é: muito provavelmente não! Contudo, tal não significa que os níveis de fecundidade em Portugal não possam aumentar um pouco, à semelhança do que aconteceu noutros países europeus que manifestaram mais cedo a quebra dos níveis de fecundidade. Por um lado, por as mulheres que adiaram o seu projecto de maternidade começarem a chegar à idade de ter os seus filhos (razão mais de tipo técnico). Por outro, porque o número tido de filhos é, ainda, inferior ao número de filhos esperado. Neste âmbito, políticas públicas consistentes para quem espera ter filhos ou mais filhos, conducentes a ambientes sociais e económicos mais favoráveis à parentalidade, podem influenciar alguma recuperação dos níveis de fecundidade, tal como aconteceu, por exemplo, na Suécia ou em França.

Muito obrigada pela vossa atenção!•